

Identities and affiliations of newspapers colonies of Portuguese expression: the case of Angola¹

Antonio HOHLFELDT²
FAMECOS/PUCRS

Resumo: a partir do conceito de *dispositivo midiático*, de Maurice Mouillaud, examina-se conjunto de jornais editados em Angola, desde o início da imprensa daquela antiga colônia de expressão portuguesa, em 1845, até a década de 30 do século XX. Os dispositivos midiáticos escolhidos são as epígrafes (e/ou *slogans*), expedientes e editoriais (ou artigos de fundo), caracterizadores das linhas editoriais de cada publicação. Desenvolve-se, ainda, uma leitura abrangente de cada publicação, a partir de referências bibliográficas ou arquivos disponíveis, segundo pesquisa realizada em estágio pós-doutoral, em 2008, no Porto, tentando responder à pergunta: por que editar um jornal? Os resultados evidenciam a vinculação dos periódicos a interesses político-partidários imediatos mas também mostram mudanças nas práticas jornalísticas entre um século e outro.

Palavras-chave: história do jornalismo; dispositivo midiático; jornalismo colonial de expressão portuguesa; jornalismo de Angola

Por que editar um jornal?

Por menos conhecida que seja, o jornalismo, tal como praticado nas antigas colônias de expressão portuguesa, já tem sua história³. Não obstante, o pesquisador a toda a hora se pergunta: por que, afinal, alguém correria o risco de publicar um periódico, naquela época (século XIX) e naquelas condições? Simples vaidade? Necessidade de expressão? Crença arraigada na função revolucionária-transformadora da imprensa?

Das pesquisas que se tem realizado, pode-se verificar que boa parte dos editores-proprietários-redatores destas publicações⁴ era formada por funcionários públicos do governo português, que se encontravam nas colônias, ou a trabalho, ou exilados-degradados. Uma minoria era de comerciantes ou industrialistas. Uns poucos, enfim, eram militantes partidários, candidatos a algum cargo eletivo: os jornais surgiam no âmbito do processo eleitoral e desapareciam logo após as eleições.

¹ Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor da Faculdade de Comunicação Social da PUCRS; pesquisador do CNPq; membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; autor de obras sobre Teorias da Comunicação e História do Jornalismo em diferentes editoras.

³ SOUSA, Jorge Pedro; HOHLFELDT, Antonio; LIMA, Helena et BARBOSA, Marialva – *A history of the press in the portuguese-speaking countries*, Porto, Media XXI. 2014.

⁴ Pode-se lembrar as tipologias dos jornalistas apresentada por Honoré de Balzac em *Os jornalistas* (Rio de Janeiro, Ediouro. 1999), para a França da primeira metade do século XIX, o que pode ser estendido ao caso em estudo.

Dispositivos midiáticos

Maurice Mouillaud defende que o jornal traz uma série de informações, não explicitadas, acerca de si mesmo, na própria organização físico-espacial de suas páginas, a começar, evidentemente, por sua capa. A esses elementos, ele denomina *dispositivos midiáticos*⁵, que se apresentam a partir do título da publicação, a organização do título e sua disposição na capa (ou não), escolha das famílias de tipos, *slogans*, *manchetes*, ilustrações, etc. Explicitamente, na contemporaneidade, pode-se defender que o *editorial* cumpre esta mesma função, na medida em que expressa o ponto de vista da publicação.

É a partir destes dois pontos de partida, ou seja, a curiosidade sobre as motivações que levaram estes personagens a se tornarem jornalistas e a publicarem jornais em lugares tão recônditos, *pouco civilizados* e letrados e, ao mesmo tempo, a exploração de marcas explícitas e não explícitas sobre tais publicações, que se apresenta este artigo, explorando as publicações dos séculos XIX e XX de Angola, antiga colônia de expressão portuguesa, como se tem denominado tais territórios⁶.

Mudando radicalmente a política existente ao longo de três séculos, um decreto de 7 de dezembro de 1836, da coroa lusitana, determinava que as administrações coloniais deveriam, a partir de então, providenciar a publicação de boletins noticiosos em seus territórios. Encara-se tal mudança como conseqüência da independência do antigo território do Brasil, em 1822, como já se explicitou em vários momentos, inclusive a partir do mesmo artigo acima mencionado (nota 6). As providências, contudo, não foram imediatas. Em Angola, a primeira das colônias a concretizar tal determinação, isso ocorrerá a partir de 13 de setembro de 1845, quando o então governador colonial, Pedro Alexandrino da Cunha, valendo-se de uma prensa recebida da metrópole, poucos meses antes, consegue editar o primeiro jornal colonial de que se tem notícia no universo lusitano⁷, apenas uma semana depois de sua posse⁸.

Castro Lopo (1964) identifica pouco mais de 50 títulos publicados em Luanda, ao longo do século XIX, além de uma dezena de outras publicações nos demais centros urbanos de então, como Benguela, Moçâmedes ou Lobito. Mais outra centena seria editada na primeira

⁵ MOUILLAUD, Maurice – *O jornal: Da forma ao sentido*, Brasília, Paralelo 15. 1997.

⁶ HOHLFELDT, Antonio – “Imprensa das colônias de expressão portuguesa: Primeira aproximação” in *Comunicação & Sociedade*, São Paulo, Universidade Metodista de São Paulo, Ano 30, n. 51, p. 135-154, jan./jun. 2009.

⁷ HOHLFELDT, Antonio – “A imprensa angolana no âmbito da história da imprensa colonial de expressão portuguesa” in *Revista Brasileira das Ciências da Comunicação*, São Paulo, INTERCOM, Vol. 35, nº 2, ps. 85-100. Julho-dezembro de 2012.

⁸ Ver, a respeito, LOPO, Júlio de Castro – *Jornalismo de Angola. Subsídios para a sua história*, Luanda, Centro de Informação e Turismo de Angola. 1964.

metade do século XX, em Luanda, a capital, além de quase nova centena de variadas publicações nas diferentes localidades da então colônia⁹.

Deste conjunto, teve-se acesso a meia centena de tais periódicos. É a partir deste acervo, bem como de referências encontradas na obra de Júlio de Castro Lopo, aqui já referida, que se apresenta esta reflexão. Primeiro, propõe-se a leitura dos *slogans* e epígrafes caracterizadores do periódico e, depois, vai-se atentar para alguns *manifestos* de lançamento das publicações ou, mesmo, artigos que comemoram alguma efeméride (um aniversário do jornal, por exemplo), ou buscam reafirmar e/ou defender a linha editorial das mesmas, quando de um ataque do Judiciário ou de adversários. É bom lembrar que, nestes casos, os espaços ocupados são os do *expediente*, do *artigo de fundo*¹⁰ ou mesmo o do *editorial*, tal como é compreendido hoje em dia¹¹.

Jornais do século XIX

A primeira edição de A Civilização da Africa Portuguesa [sic], de 6 de dezembro de 1866, auto-identificava-se como “semanário dedicado a tratar dos interesses administrativos, económicos, mercantis, agrícolas e industriaes da África portuguesa, particularmente de

⁹ Deve-se lembrar que sempre houve uma legislação coercitiva a respeito das publicações, que podiam ser suspensas ou simplesmente proibidas; seus proprietários e/ou editores sofreram *querelas* (processos) que redundavam em condenações pecuniárias; ou terem de cumprir exigências como os diretores terem título de Doutor, em qualquer área do conhecimento que fosse, sem o quê o jornal não poderia circular. A partir de 1926, por outro lado, iniciou-se a ditadura salazarista, cujo sistema se encerraria apenas em 25 de abril de 1974, com a chamada Revolta dos Cravos, em Portugal, que teve imediatas conseqüências nas lutas independentistas das então ainda colônias portuguesas de África e Ásia.

¹⁰ Atualmente, a(s) *página(s) editorial(ais)* apresentam o editorial propriamente dito, a caricatura, cartas ao diretor e/ou editor, artigos não assinados (redatores estáveis do periódico) e artigos assinados (colaboradores regulares), segundo indica GARGUREVICH, Juan – *Gêneros periodísticos*, Quito, CIESPAL.2004, p. 234. Obra brasileira recente considera o *comentário*, presente quase que cotidianamente nos jornais de referência, como “a retomada de, pelo menos, um fato noticioso e a consequente avaliação e análise desse fato por parte do comentarista” (SILVEIRA, Daniela Arns – “O comentário” in BONINI, Adair (et alii) – *Os gêneros do jornal*, Florianópolis, Insular. 2014, p. 155. Para José Marques de Melo, o comentário realiza “uma apreciação valorativa de determinados fatos” (MELO, José Marques de – *A opinião no jornalismo brasileiro*, Petrópolis, Vozes.1985, p. 86). O jornal Folha de São Paulo remete o comentário ao artigo: “gênero jornalístico que traz interpretação ou opinião do autor. Sempre assinado” (*Novo manual da redação*, São Paulo, Folha de São Paulo. 1992 (8ª edição), p. 123). Edição mais antiga do *manual* distinguia entre *artigo e comentário*: “é um pequeno artigo com carga interpretativa” (comentário); o artigo não chega a ser conceituado, mas se explicita que ele é opinativo, assinado e expressa um “ponto de vista” contraditório à opinião do próprio jornal ou de outro articulista (FOLHA DE SÃO PAULO – *Manual geral da redação*, São Paulo. 1987 (2ª edição), ps. 151 e 27, respectivamente.

¹¹ “É o texto em que o jornal exprime de maneira formal suas opiniões. Nunca é assinado” (FOLHA DE SÃO PAULO – *Manual geral da redação*, São Paulo, Folha de São Paulo. 1987, ps. 152-153 - 2ª edição). Num outro verbete dedicado ao mesmo termo, ainda nesta mesma edição do *manual*, explicita-se que “os editoriais não dirigem o noticiário” – determinação editorial que, constata-se facilmente, não era a tendência dos jornais do século XIX, em especial aqueles políticos, pelo simples fato de eles concentrarem, num único personagem, as figuras do proprietário, editor e redator do periódico. Em edição posterior, agora intitulada *Novo manual da redação*, o jornal reitera: “texto que expressa a opinião de um jornal” (1992, 8ª edição). Juarez Bahia considera-o como “opinião oficial do veículo” (BAHIA, Juarez – *Jornal, história e técnica. Vol. 2: As técnicas do jornalismo*, São Paulo, Ática. 1990, p. 102). A mesma idéia é expressa por José Marques de Melo: “gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa [instituição jornalística]” (MELO, José Marques de – *A opinião no jornalismo brasileiro*, Petrópolis, Vozes. 1985, p. 79. Pesquisas mais recentes, como a de María Ángeles Fernández Barrero, reconhece que o traço definidor do editorial é o fato de que “o jornal, como empresa, manifesta através deste gênero seu ponto de vista sobre um determinado tema de especial relevância para a atualidade” (BARRERO, María Ángeles Fernández – *El editorial – Um gênero periodístico abierto al debate*, Sevilla, Comunicación Social. 2003, p. 34 (tradução livre de minha autoria).

Angola e S. Thomé”¹², expressando, no espaço do “Expediente”: “O que nos propomos? Acrescentar fadigas às fadigas, estudo ao estudo; roubar ao descanso os poucos momentos que até agora podíamos dar-lhe; aventurar, sem intenção mercantil, n’uma precária empresa as tênues economias da nossa profissão; e afrontar por patriótica, por humanitária, por generosa, mas atrevida resolução, os numerosos riscos, as syllas e carybdes, que antevemos, mas não tememos. Vimos a um laborioso, audaz, mas bello commetimento. Vimos, a uma vastíssima região, pouco mais que semi-bárbara, hastear o estandarte do progresso; levantar a tribuna da discussão; abrir a via férrea do pensamento; inaugurar o telégrapho da opinião; assentar e sagrar a mais accelerada, a mais poderosa, a mais produtiva máchina da civilização moderna: a instituição da imprensa”¹³. Eloquentemente, adjetivado, o texto, de qualquer modo, valoriza a importância da *instituição da imprensa*.

O jornal foi criado por Antonio Urbano Monteiro de Castro e Alfredo Júlio Cortês Mântua, com participação, inclusive, de um brasileiro, Francisco Pereira Dutra. O jornal tinha tipografia própria. Júlio de Castro Lopo considera, por isso, que, com sua circulação, iniciasse a segunda etapa da história da imprensa angolana, ou seja, aquela dos jornais independentes, ou a imprensa livre; Urbano de Castro, por seu turno, é tomado pelo historiador como “símbolo dos jornalistas do século XIX nesta província” (p. 29). Lisboa, foi advogado provisionário. Fundou, ainda, os jornais O Cruzeiro do Sul (1873-1878) e A União Africo-Portuguesa (1882-1883); colabora com O Mercantil (1870-1897), chegando a ser vogal eleito à Câmara Municipal de Luanda. Romântico e nacionalista, foi “homem de notável relevo mental”, segundo o mesmo autor.

A Civilização da África Portuguesa não era muito bem visto pelas autoridades, tanto que, em correspondência de 20 de janeiro de 1867, o então governador-geral de Angola denunciava a publicação ao Ministro de Ultramar: “julgo do meu dever prevenir a V^a. Ex^a. de que vendo A Civilização continuar a publicar artigos subversivos da ordem publica, terei de mandar fechar a imprensa e suspender a publicação daquele periódico”. Reconhecia, porém, que “não vejo probabilidades de que a ordem pública seja alterada” (por causa do jornal). Seja como for, em dezembro de 1867, o chefe de polícia suspende a publicação e intima os dois funcionários da gráfica e não trabalharem mais na composição e impressão do jornal, até que novo editor responsável assumira a publicação, eis que Urbano de Castro e Alfredo Mântua haviam sido presos. Em janeiro do ano seguinte, tendo Urbano de Castro

¹² Todas as informações que se seguem, quando não indicadas, foram retiradas de LOPO, Júlio de Castro – *Jornalismo de Angola. Subsídios para a sua história*, op. cit., p. 21 e ss.

¹³ Procurou-se manter, em todas as transcrições, a redação original da época.

comprovado que se achava habilitado para tal, a tipografia foi reaberta e o periódico voltou a circular, mas os dois jornalistas permaneceram presos até março, de onde editavam o jornal. A oficina acabaria sendo vendida em 1869.

A partir de 18 de setembro de 1867, circula O Commercio de Loanda, “semanário político, literário e noticioso”, encerrando sua circulação a 8 de janeiro de 1870, em sua 117ª edição. O jornal também tinha tipografia própria, em tamanho médio (menor que o *standard*, maior que o tablóide). Era um jornal de oposição radical a Urbano de Castro e Alfredo Mântua, com fortes ataques pessoais, provavelmente redigido pelo Dr. Luís José Mendes Affonso, primeiro presidente do Tribunal da Relação do Distrito Judicial de Luanda, portanto, autoridade governamental, judicial, mas dado a paixões políticas.

Seguiu-se O Mercantil, também com tipografia própria, “semanário comercial, agrícola, industrial, noticioso e literário”, publicado durante cerca de 27 anos, entre 9 de julho de 1870 e 8 de janeiro de 1897. Desde 1896, transformara-se em revista “comercial, noticiosa, literária e industrial” Deve-se considerar este o primeiro jornal verdadeiramente industrial e profissional, sendo seu proprietário e redator José Pinto da Silva Rocha, com uma tiragem de cerca de 700 exemplares, contando com correspondentes em vários pontos da província e recebendo também correspondência de Lisboa e da Bahia. O jornal foi fechado e teve prelos e tipografia apreendidos, em 1873, mas pouco mais de um mês depois retornou à circulação.

A Verdade foi um periódico “político, doutrinário e crítico”, de Luanda, que iniciou circulação em 12 de fevereiro de 1882 e existiu pelo menos até 23 de outubro de 1888. Com tipografia própria, teve interrupção extensa, entre fins de 1882 e fins de 1887 (portanto, boa parte de sua pretensa existência). É curiosa a “Declaração” estampada na primeira página: “Este periódico não tem assignantes, nem a sua redacção os deseja e quer, porque nenhum dos indivíduos, que a compõem, em consequência de seus multiplicados affazeres, póde responsabilizar-se pela duração e pontualidade na publicação, que a assignatura tornaria obrigatória. Será, pois, este periódico, vendido avulso, pelo preço acima indicado, qualquer que seja o número de folhas que a abundância de matéria torne necessária”. O jornal é editado, ainda uma vez, por Alfredo Mântua que, no texto que se segue àquela “declaração”, explicita sua posição antimonárquica, em artigo que cobre toda a primeira página e continua na segunda. Também é seu redator o sacerdote António Castanheira Nunes. Para Júlio Lopo, neste periódico, muitas vezes, Mântua excedeu-se na crítica

política, enquanto o religioso, por seu lado, soube sempre manter equilíbrio em seus comentários.

Ainda no século XIX, teremos o Jornal de Loanda, que começa em 7 de julho de 1878 e encerra sua circulação em 15 de janeiro de 1882. Trata-se de um “semanário político”, de propriedade de Alfredo Troni, também advogado e escritor, autor de um primeiro jornal com título em idioma nativo, o Mukuarimi, de 1888, com circulação breve, porque já em 1º de maio de 1891 o mesmo jornalista iniciava a edição de outro periódico, de formato pequeno, Os Concelhos do Leste; numa edição de 6 de novembro do mesmo ano, que parece ser a última, antecipa-se a retomada do jornal anterior, passando a denominar-se a tipografia, de propriedade do mesmo Alfredo Troni, também Mukuarimi, palavra composta do *kimbundo* que significava *falador, maldizente, fofoqueiro*. Era um jornal de oposição ao governador do momento. Natural de Coimbra, Troni foi republicano e um pouco anarquista, sendo autor da noveleta **Nga Muturi**, que quer dizer *senhora viúva*, provavelmente o primeiro texto em prosa produzido em Angola e que trata de tema local¹⁴. Foi publicada em forma de folhetim, no Diário da Manhã, de Lisboa, em 1882¹⁵. O enredo trabalha a história de uma jovem negra angolana que é dada a um homem branco pelo tio, em pagamento de uma dívida, sendo levada para Loanda. Ali, ela é maltratada e usada sexualmente. Mas com a morte do dono, ela se torna sua única herdeira e sua situação se transforma radicalmente.

A partir de 12 de novembro de 1881, surgiu O Eccho de Angola, que sobreviveria apenas até 18 de fevereiro de 1882, em formato médio, criado para “advogar a causa e zelar os interesses de Angola”. Sua importância decorre do fato de ser a primeira publicação orientada e redigida exclusivamente por africanos, dentre os quais, João da Ressurreição Arantes Braga. Não tinha gráfica própria mas era impresso em uma tipografia não governamental. Já O Pharol do Povo tem tipografia própria, também orientado exclusivamente por africanos, dentre os quais o mesmo João Braga. Existiu entre 10 de fevereiro de 1883 e 11 de novembro de 1885, enquanto “folha republicana”.

Outro africano nativo foi José de Fontes Pereira, que respondeu, dentre outros, pelos jornais O Futuro d’Angola (4 de março de 1882), Arauto Africano (17 de março de 1889), O Desastre (30 de setembro de 1889 – deve ter circulado até 30 de maio de 1891, quando

¹⁴ Anterior a este, foi editado apenas o livro de poemas *Espontaneidades da minha alma* (1849), de José da Silva Maia Ferreira. Este foi o primeiro texto produzido no idioma português, no território de Angola, por autor nativo, mestiço, em tipografia situada em Angola (ver, a respeito, dentre outros, JACOB, Sheila Ribeiro – “Para além da poesia: Maia Ferreira, Cordeiro da Matta e Viriato da Cruz”, in Cadernos CESPUC, Belo Horizonte, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, nº 22, 2013, ps. 152-166.

¹⁵ Outras fontes indicam que, originariamente, o texto fora editado, também em folhetim, nas páginas do próprio Jornal de Loanda, no ano anterior, 1881 (Ver CORRADO, Jacopo – *The creole elite and the rise of Angolan protonationalism (1870-1920)*, New York, Cambria Press. 2008, p. 190. – <http://books.google.com.br/books?isbn...>)

Pereira faleceu) e O Policia Africano (4 de fevereiro de 1890). Segundo Júlio Lopo, José de Fontes Pereira era advogado provisionário, em seus jornais, denunciou “violências escusadas; defendeu as liberdades essenciais do cidadão; combateu o alcoolismo, o jogo e a ociosidade; pôs a pena de escritor público ao serviço dos interesses gerais da comunidade” (p. 76).

Outro periódico ainda do século XIX é o Correio de Loanda, que circulou a partir de 1º de janeiro de 1890, dirigido (e certamente de propriedade) de um certo A. Soares. Infelizmente, teve-se acesso apenas a dois exemplares (edições 8 e 9) da publicação, pelo que não se pode conhecer sua linha editorial, até porque não possui nenhuma epígrafe identificadora. Trata-se de um “semanário político e noticioso”, que teria circulado pelo menos até 1895, em pequeno formato, contando, inclusive, com a colaboração do mesmo padre António Castanheira Nunes (LOPO, 1964, p. 74).

Poder-se-ia mencionar outros periódicos angolanos, todos ainda do século XIX, mas a eles não se teve acesso ou sobre eles Júlio de Castro Lopo pouco diz.

Jornais do século XX

O jornal mais antigo, do século XX, que encontramos no acervo pesquisado¹⁶, não é de Luanda, mas de Novo Redondo¹⁷. Trata-se do Echos do N´Gunza, “órgão dos interesses locais e geraes d’Angola e da nova mentalidade luzo-africana”, com publicação bimensária ilustrada, mais à moda de uma revista, mas que se auto-denomina jornal. A publicação começou a circular a 25 de dezembro de 1904, com 6 páginas, embora no “expediente” (p. 5), leia-se: “Echos do N´Gunza constará de uma folha de quatro páginas, excellente papel e será profusamente illustrado com gravuras executadas nas mais acreditadas officinas da metrópole”. A publicação encerrou sua curta existência na edição 12, de 5 de setembro de 1905., com o seguinte anúncio: “Finda com este número, último do 1º semestre, a publicação d’este quinzenário. É substituído pelo semanário Folha do Sul, a apparecer no dia 5 de outubro e que será remettido a todos os cavalheiros que opportunamente nos derem a honra da assignatura”. O jornal não traz qualquer indicação de seus responsáveis mas, na p. 6, existe um anúncio da Empreza Echos do N´Gunza, livraria, editora e officinas typographicas de Araújo, Leiro & Cia., informação que se complementa com outro anúncio, o da p. 5 da última edição do quinzenário, em que se conhece, por

¹⁶ Em 2008, sob a orientação do Prof. Dr. Salvato Trigo, foi desenvolvido período de estágio pós-doutoral na Universidade Fernando Pessoa, do Porto, que redundou nesta pesquisa realizada junto à Biblioteca Pública Municipal do Porto, a cuja guarda se encontram confiados exemplares dos jornais da chamada imprensa colonial de expressão portuguesa, por legislação da época.

¹⁷ Desde 1975, chama-se Sumbe, localizada no centro da costa atlântica angolana.

extenso, o nome de pelo menos um dos seus responsáveis, Antonio José d'Araujo. Pelo expediente da nova publicação, descobre-se o segundo nome: Raul Leiro. Enfim, a razão social expressa pelo termo “Companhia” deve incluir Abel Mendes da Silva, que será editor do novo jornal, e Ernesto de Amorim. Pode-se concluir que o periódico era republicano, a valer informação de artigo, não assinado, publicado na capa da edição 10, de 25 de julho, em homenagem a Alfredo Trony, recém falecido.

Folha do Sul começa a circular, como antecipado, a 5 de outubro de 1905, “semanário independente, ilustrado”, dirigido por Ernesto de Amorim e Antonio José d'Araujo, sendo editor Abel Mendes da Silva e secretário Raul Leiro. Um longo editorial, que ocupa toda a primeira página e pelo menos um terço da segunda, sob o título “Justificando”, historia que, tendo reconhecido que ainda era cedo publicar-se um periódico literário, tanto quanto a necessidade de se discutirem os problemas da colônia, resolveu-se pela mudança de linha da primeira publicação, criando-se outra. Assim, Folha do Sul) “procurará ser um inquérito independente à vida colonial – reservadas algumas columnas para arte e notícias, no intuito de tornar variada a sua leitura”. O jornal prosseguirá pelo menos até 10 de junho de 1907.

Em 26 de junho de 1913, surgiu um jornal relativamente moderno, O Progresso, com sede em Luanda. Trata-se de um “semanário colonial”, editado por Augusto Archer da Silva Wilson, propriedade da empresa O Progresso, administrada por José Antonio Bernardo Mascarenhas. No editorial intitulado “Proêmio”, de primeira página, escreve: “O seu fim é o da defesa dos interesses de Angola (...). As nossas colunas estarão sempre abertas para protecção de todas as causas, quando legítimas, e para discussão dos problemas mais importantes da administração provincial. A nossa critica exercer-se-há livremente, dentro da maior moderação e urbanidade”. Na mesma página, na terceira coluna (a página tem cinco colunas), sob o título “Falando claro”, explicita-se: “(...) manteremos inflexivelmente o caminho que traçamos. E não solicitaremos do Poder auxílio ou apoio, seja de que natureza for”. Citando discurso de posse do então Governador Geral, Major Norton de Matos, destaca: “as colónias portuguezas tem de ser administradas sem preocupações de partidos, com o auxílio e o concurso de todos os republicanos, sem uma única excepção”. A publicação não sobreviveu muito tempo. Em 25 de julho de 1914, na edição 52, encerra sua existência. Num editorial sob o título “Palavras finais”, dá a entender que faltou suporte financeiro e destaca a lealdade de Teodomiro Argente, proprietário da tipografia Mondego, em que o jornal fora impresso. A história deste jornal, embora curta, merece, sem dúvida, um estudo à parte.

“Jornal literário e político”, o Pátria, já em sua primeira edição, de 15 de novembro de 1913, à medida em que se colocava como “órgão do Partido Republicano Portuguez”, entrava decididamente na campanha eleitoral do momento. Por isso mesmo, embora situado em Mossamedes¹⁸, publicando um “Suplemento ao nº 1”, dirigido aos “Cidadãos eleitores”, relativo às eleições municipais que então se encaminhavam. M. A. de Pimentel Teixeira era o diretor, proprietário e editor da publicação. Aliás, também o Presidente local do partido, conforme se descobre da leitura da edição de 1º de janeiro de 1914, quando uma nota oficial do partido convida os cidadãos a se filiarem ao mesmo (p. 3), não obstante a mesma edição indicar que, tendo sido candidato à Câmara Municipal, ele foi “derrotado por grande maioria” (“A nossa atitude”, p. 1).

De todo o modo, o jornal pode festejar um divórcio realizado na comunidade, segundo a recente legislação republicana, de 8 de dezembro de 1913, ao mesmo tempo em que, na edição 10, de 20 de julho de 1914, comemora a decisão do Parlamento português sobre a autonomia das colônias, o que o periódico considera como a “carta d’alforria” das colônias. Se nada mais tivesse feito, o Pátria Portuguesa, que começou a circular no dia 28 de fevereiro de 1919, nasceu sob a *mordaza da censura*, como denunciou, dirigindo-se à imprensa metropolitana, no sentido de que ela reclamasse do governo a nulidade da Portaria 291 com que o Governo Geral de Angola, sob a alegação de que algumas publicações vinham se valendo de “linguagem despejada e provocadora”. A portaria era de 21 de novembro de 1918, e o jornal, “semanário republicano” vinculado ao Centro Democrático de Angola (republicano), editado por Manuel Lopes Pereira, impresso na Tipografia Minerva, de Luanda, protestava energicamente contra a mesma, num editorial denominado “Basta de tolices!” e, na mesma primeira página, num “Apelo à imprensa”, escrevia: “A todos os nossos colegas, principalmente de Lisboa, pedimos a leitura atenta da mordaza que, em Angola, foi posta ao pensamento, com a portaria de censura que noutra lugar publicamos. É violenta, é ilegal e anti-republicana. O auxílio de duas palavras de justo protesto, preenchendo um dever, viria a propósito. Nós nada podemos dizer. A censura defende-se e defende a sua bem merecida gratificação”.

Na edição 7, contudo, de 14 de abril de 1919, o jornal, ainda na capa, estampava: “Até que enfim! No dia 4 deste mez foi expedido de Loanda o seguinte telegrama: De Antonio Videira para Ministro Colónias Lisboa – Cumprimento V. Ex^a. Peço V. Ex^a. abolição Angola asfixiante censura imprensa. O ministro, dando satisfação ao nosso pedido, cumpriu

¹⁸ Depois Moçamedes, hoje Namibe, situa-se mais ao sul do território angolano.

o seu dever: Em dez, o Sr. Governador Geral comunicava aos jornaes e à Fazenda que a censura havia sido abolida. Uff!” Este aviso ocupava três das seis colunas da primeira página. A seu lado, outra comunicação ainda mais drástica era estampada: “ Salve, Angola! Salve, República! Em treze do corrente, recebeu-se aqui o seguinte telegrama: De Lisboa – Para Antonio Videira – Loanda. Gopvernador Geral demitido. Nomeados: efectivo, Visconde Pedralva; interino, Mimoso Guerra”. Na verdade, Pátria Portuguesa surgia em substituição ao Jornal de Angola, que não só fora censurado, quanto proibido de cortar o artigo que fosse censurado, o qual deveria aparecer devidamente rasurado, com a indicação de “censurado”. O jornal fora apreendido, inclusive e, por isso, deixara de circular, sendo substituído pelo Pátria Portuguesa que, enfim, depois de manter, semanalmente, a cada edição, a denúncia contra a censura, ia angariando apoios como, por exemplo, o da Associação Comercial de Loanda, cujo Presidente e jornalista Adolfo Pina, que gozava do maior respeito público, se manifestara a respeito, condenando a medida governamental. Curiosamente, esta informação, contida na edição 6, traz também um agressivo artigo de Antonio Videira, citado nos telegramas, presidente do partido e proprietário do jornal que, não obstante, não foi censurado. O jornal prosseguirá sua vida e, a partir da edição de 12 de setembro de 1919, integra-se à campanha eleitoral, apresentando seus próprios candidatos. No edição do dia 5 de outubro do mesmo ano (comemorativa à proclamação da república portuguesa), o jornal divulga os resultados eleitorais, considerando-se vitorioso. Esta é, também, a última edição da publicação.

Impresso na mesma Tipografia Minerva, em Loanda, Imparcial é um jornal que se define como “semanário republicano independente”, o que significa, na prática, de oposição à administração provincial e, neste caso, pelo que se lê em suas páginas, também à administração da Câmara Municipal. Editorado por Joaquim Martino e tendo como gerente José de Melo, o jornal inicia sua publicação em 3 de abril de 1919, encerrando sua circulação em 5 de março de 1921, na edição 77. Significativamente, nesta mesma edição, traz, praticamente a título de editorial, artigo sob a chamada “Unificação da imprensa”. Depois de elogiar a função do jornalismo, critica àqueles que acreditam que se poderia unificar a imprensa, chamando a atenção para o fato de que é fundamental haver opiniões variadas e a crítica para que exista a democracia.

O Ultramar nasceu em Mossamedes, em 1º de maio de 1919, como “defensor dos interesses da região”. Publicação trimensal, era editado por José d’Oliveira Leite, sendo diretor D. J. Malheiros. Na edição de lançamento, escrevia, depois de lembrar que conhece a região há

pelo menos doze anos, e que esta região é das mais abandonadas pela administração portuguesa: “Pugnar, pois, por todas as magnas questões que interessam as classes e forças vivas do sul de Angola, libertar pelo seu engrandecimento material e econômico e interceder por todas as grandes obras de fomento cuja iniciação deve fazer-se, eis a escabrosa e árdua missão que, devotadamente, nos propomos cumprir”. Pouco antes de um ano depois, a 5 de março de 1920, a direção do periódico é mudada e, por isso, seu novo editor, Antonio Menandro Guerra, volta a se valer do espaço editorial para, sob a chamada “Uma missão”, reiterar: “Começamos por afirmar peremptoriamente que este jornal continuará sendo intransigentemente republicano, não só porque assim manifesta o sentir sincero de quantos nele trabalham e colaboram mas ainda um dever patriótico nos obriga a proclamar bem alto que só pela República podemos esperar da nossa Pátria que corresponda às nobres tradições do passado, que acompanha a evolução que na hora presente procura fazer-se em todo o mundo, porventura apressadamente”. O jornal enfrentara problemas financeiros, em setembro do ano anterior, interrompera sua circulação, mas no mesmo mês conseguira retomar a circulação. Em outubro, também se integrara à campanha eleitoral daquele ano e, a partir de dezembro, passara a ser impresso na mesma Tipografia Minerva de Luanda. Deixa de circular em 10 de maio de 1920, tendo atingido 31 edições.

“Órgão defensor dos servidores do Estado” é como se coloca A Tribuna, de Luanda. Poderia parecer um jornal apenas classista, mas não o é. Dirigido por Herbert Azevedo, editado por Bernardo Octavio Pereira Lima, a publicação inicia sua história em 12 de novembro de 1920, festejando o que denomina “data memorável”, a greve dos servidores do Estado, na província de Angola, iniciada a partir de 16 de outubro daquele ano, tendo atingido seus objetivos, segundo o jornal. A Tribuna não publicava anúncios, segundo consta de sua primeira página, e ao se apresentar, esclarece, num texto sob a chamada “Seguindo a praxe”. Os editores alegam que a boa nova que o jornal traz é ser “um novo defensor do povo, intemerato [sic], imparcial, intransigente...É a promessa de que mais um estilete se ergue para extirpar o grande cancro social”. Não obstante confessarem não terem organizado um programa editorial, os responsáveis pela publicação afirmam que o funcionalismo público necessita da imprensa enquanto um órgão de defesa. Na prática, irão mais além. O diretor Herbert Azevedo assumirá um tom de denúncia constante contra especuladores. Até sua intempestiva saída, do periódico, anunciada na edição 8, de 3 de fevereiro de 1921, denunciará comerciantes exploradores da fome popular, num tom bastante populista, defenderá os ferroviários e suas reivindicações, fará forte campanha

contra o que denomina de *burguesia*. Substituído por Artur Martim Carrondo, manterá o jornal a mesma linha editorial, até sua suspensão, em 16 de abril de 1921, quando chegou à edição 12. Jornal feito por amadores do jornalismo, sindicalistas idealistas, durou pouco, mas incomodou, em especial, comerciantes desonestos da praça de Luanda, justificando seu título.

Um Jornal do Comércio vai circular em Mossamedes, a partir de 20 de setembro de 1926, enquanto “órgão da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Mossamedes”, editado por José Pereira Craveiro. Um ano depois, contudo, a 16 de setembro de 1927, chegando a sua edição 23, suspende a circulação por dívidas. Sem qualquer título, o *manifesto* da nova publicação explicita: “sem se emiscuir em politiquices que a ninguém aproveita e que só servem para desprestigiar aqueles que nelas se enredam e por em desassocêgo a terra conde se desenrolam, tratasse [sic] conveniente e conscientemente de propaganda deste distrito e defeza de todos os seus interesses”. Esperando apoio e desenvolvimento da publicação, os editores reconhecem começar humildemente mas vislumbram crescimento se tal apoio ocorrer. Pelo visto, o apoio não existiu. Quinzenal, durante sua existência defendeu, de fato, o desenvolvimento econômico da região, a diminuição de impostos. Não se isenta, contudo, de criticar a nova lei de imprensa daquele ano, que obrigava os diretores de jornais a terem título universitário e a não serem funcionários do Estado, e registra que, apesar da ditadura (de Salazar) os direitos constitucionais não haviam sido suspensos em Angola, pelo que a nova legislação tornava-se inconstitucional.

Também em Mossamedes, um outro jornal, com o título Imparcial, semelhante à publicação de Luanda, circulou a partir de 1923, a se julgar pelo primeiro exemplar da publicação a que se teve acesso, que se refere ao quinto ano de circulação, edição 18, de 31 de março de 1928. Trata-se de um quinzenal, dirigido por Antonio Cezar Correa Mendes, que já respondera pelo Jornal do Comércio dessa localidade. O periódico parece, por isso mesmo, a partir de uma chamada intitulada “Duas linhas”, dar seqüência àquela publicação, da Associação Comercial, Industrial e Agrícola da região: “Que o Imparcial trate, embora com modéstia, mas com independência, como o seu título indica, de tudo que ao Distrito interesse, de forma a concorrer com a sua cota-parte para o engrandecimento do Sul de Angola”. Impresso na Tipografia Liberty, como outras publicações, mantém noticiário variado e artigos de fundo, um forte espaço de publicidade¹⁹.

¹⁹ De modo geral, estes espaços publicitários são preenchidos por pequenos anúncios de uma só coluna, compostos tipograficamente. Por vezes, alguns anúncios ocupam duas colunas. Trata-se de anúncios vinculados ao comércio regional.

Tendo enfrentado o início do período ditatorial salazarista, na edição de 13 de outubro de 1928 estampa-se o seguinte aviso: “Não se publica este jornal desde o dia 30 de julho pretérito, bem contra a nossa vontade, em virtude do movimento da Greve contra a conversão da moeda e por a Província estar em *estado de sítio* e com as *garantias suspensas*. Como porém as garantias estão suspensas *sine die* e não convém continuarmos neste mutismo, os assuntos locais que mais interessam ficarão párea serem publicados quanto seja possível, livres de censuras”. A partir da edição 27, de 20 de outubro daquele ano, o jornal passa a estampar, em sua primeira página, a exemplo de todos os demais do mundo colonial de expressão portuguesa, um pequenino *box* onde se lê: “Este número foi visado pela censura”. Coincidência ou não, esta edição de 20 de outubro é a última a que se teve acesso na coleção desta publicação.

A partir do dia 28 de junho de 1930, em Benguela, começa a circular Notícias de Benguela, que se diz “órgão defensor dos interesses do comércio”. Sob a direção de José de Souza Carvalho, com redação de Largo R. de Macedo, o periódico filia-se claramente ao novo momento político português, marcado pelo movimento de 28 de maio²⁰, liderado por António de Oliveira Salazar. Já nesta primeira edição, o jornal publica artigo intitulado “A alma da ditadura”, numa edição de 16 páginas, preme de publicidade. O texto é evidentemente encomiástico, e isso define a linha editorial da publicação que, na p. 2, insiste em antecipar publicação do “monumental discurso” do ditador, quando se lhe homenageou em Lisboa com um “Porto de Honra”²¹. Não obstante tudo isso, lá está, na p. 15 do jornal, o indefectível aviso que estamparia sempre as edições jornalísticas de Portugal e de suas colônias: “Visado pela Comissão de Censura”. Enfim, em que pese toda esta adesão voluntária ao ditador, na edição 6, de 19 de julho de 1930, a publicação se vê obrigada, na primeira página, a dirigir-se à tal Comissão de Censura. Cheios de dedos, os editores do jornal, não obstante, não gostaram da situação e protestaram: “Abstemo-nos de aduzir em favor desta nossa petição os prejuízos e transtornos vários que uma tão grande e inexplicável demora nos acarreta, porquê – evidentes e palpáveis como são – eles, certamente, não terão escapado à inteligência que caracteriza cada um dos Exmos. Membros da Comissão “...

Na mesma linha ideológica se coloca A Verdade, também de Benguela, que em sua edição de lançamento, a 1º de junho de 1933, estampa em sua primeira página, na extensão de todas as suas quatro colunas, uma saudação ao General Carmona, “prestigioso Presidente da

²⁰ Trata-se do golpe de estado chefiado por António de Oliveira Salazar, no âmbito da Primeira República, em Portugal.

²¹ Referência ao vinho do Porto, naturalmente.

República, e cumprimenta em Sua Excelencia o Governo da Nação” (assim esmo, com tais iniciais). A seguir, sob o título de “Quem somos?”, explicita sua linha editorial: “Colonos e Portugueses. Coonos de há trinta anos uns, de há dois dias outros, mas todos irmanados no mesmo amor pela Terra Sagrada de Portugal, de Portugal Uno, de Portugal Império, de que Angola é pedaço entre todos abençoado”. O editor, por certo, gosta de letras maiúsculas, que pretendem traduzir idéias, princípios e utopias. A nota conclui da forma seguinte: “Este Jornal não depende deste ou daquele grupo, não é desta ou daquela classe, duma ou doutra cidade, de qualquer região. Não pugna por interesses porque um só o norteia, mais alto que todos os outros – o da Nação (...) POR PORTUGAL. PELO ESTADO NOVO“. Faltaram as exclamações, mas os tipos em caixa alta aí estão.

Claramente identificado com o Estado Novo, a edição de 28 de agosto de 1933 traz matéria de página inteira (p. 2), sob a chamada geral “Abaixo a falsa democracia!!”, em que se reproduz panfleto publicado em Luanda, por um grupo de Trabalhadores Portugueses, em defesa do Nacional Sindicalismo, tentando mostrar que a Democracia anterior não conseguira solucionar os problemas do país mas que o novo regime alcançaria tais objetivos.

A partir de 15 de agosto de 1933, também começa a se publicar Notícias do Bié, “órgão quinzenário de defesa e propaganda das regiões do Bié e Moxico”²². Aquela primeira edição traz uma saudação do Governador do Bié à publicação, dirigida por Pedro de Miranda, impresso em Benguela (o que significava uma longa distância a ser cumprida entre o lugar da impressão e de circulação). Na mesma primeira capa, o jornal expressa sua linha editorial: “propõe-se a ser um órgão regionalista, independente da política de grupos e grupinhos (...) Fica estabelecido, repetimos, que a nossa única política é a regional. Nada de politiquice mesquinha; nada de campanhas infames e ignóbeis contra ou a favor de alguém; nada da chamada política de soalheiro que tanto e tão gravemente nos tem prejudicado”.

As distâncias aludidas farão com que, muitas vezes, como na própria primeira edição, se deixem de publicar informações por terem chegado atrasadas à redação. O jornal também terá problemas variados: na edição 3, de 1º de janeiro de 1934, explica-se que o jornal deixou de circular por motivo de doença de seu diretor; a edição 4, de 1º de março, anuncia que a empresa foi vendida à Gráfica Planalto Ltda., proprietária do Notícias de Huila²³ e se torna, agora, proprietária do jornal, que deverá sem breve tornar-se semanal; mas a edição

²² Trata-se de duas províncias do interior de Angola, vizinhas entre si, e próximas com fronteiras internacionais do país. Na época, certamente, deveriam sofrer por intenso isolamento e falta de meios de transporte e comunicação.

²³ Província mais ao sul, que faz fronteira com o Bié.

7, de 1º de junho, volta a informar sobre atraso na circulação do mesmo; esta mesma edição passa a ostentar o aviso vexatório de que a edição foi “visada pela Comissão de Censura”; a edição 9, de 15 de agosto, indica que assumiu, como diretor, Pedro Júdice Biker, que é vogal do Conselho de Governo da província; Pedro de Miranda torna-se chefe de redação, afastado da direção; o jornalista faz estampar, na primeira página daquela edição, aviso de que, a partir daquele momento, é apenas um funcionário da empresa, “não me cabendo responsabilidade alguma” pela sua linha editorial; por outro lado, na mesma página, mas com o espaço de destaque editorial, o novo diretor ocupa duas largas colunas para explicitar sua posição, reiterando o compromisso, “única e exclusivamente, na defesa dos interesses da vasta região do Moxico e Bié”. Levando-se em conta que ele é membro do Conselho de administração da província, pode-se concluir que o jornal se torna praticamente oficioso, se não oficial, daquela administração; de qualquer modo, os problemas continuam: na edição 11, de 8 de setembro, o atraso de circulação decorreu de avaria nas máquinas de impressão; as edições 11 e 12, por isso mesmo, em 15 de outubro, saem em edição conjunta... A publicidade é forte e cobre boa parte de cada edição do jornal que mantém, ainda, uma campanha institucional: “Se ama o Bié assine o nosso jornal”. A edição 13, de 15 de dezembro, é a última de que se dispõe na coleção consultada: assim mesmo, este exemplar está bastante danificado e, a partir de então, não se tem mais exemplares da publicação.

Um outro jornal a que se deve referir, ainda, é Actualidade, editado em Nova Lisboa²⁴, a partir de 16 de dezembro de 1933. “Semanário regionalista”, é propriedade de Álvaro Faria, também seu diretor. Sob a chamada “Prologo necessario”, alerta-se: “Não conte, por isso, o leitor com uma folha de combate, porque ACTUALIDADE não pretende senão fornecer-lhe a resenha das questões de diferente ordem, que de qualquer maneira digam respeito ao seu interesse moral e material (...). A ACTUALIDADE desinteressa-se inteiramente de toda a matéria de ideologia política, o que não quer dizer que se desinteresse dos seus efeitos sociais e econômicos e da apreciação das suas causas mais proximas (...) E aqui muito à pureza. O articulista é democrata por educação e por convicção. Mas entre os democratas teóricos – os republicanos honorários – que reclamam a liberdade para eles próprios e só consentem aos outros os benefícios dessa liberdade depois de repletos e fartos; entre esses democratas de meio corpo e os ideólogos das novas concepções, que nos querem servir a liberdade em doses medidas: o auctor, tendo de escolher, opta pelos últimos. São mais sinceros, - e cada um já sabe o que conta”. Por isso mesmo, não deve incomodar a seu

²⁴ A cidade se chama, hoje, Huambo, mesmo nome da província, interiorana, situada mais ao sul de Angola, fazendo fronteira com a província de Bié, ao leste, e com a de Benguela, ao oeste, esta, sim, atlântica.

editor que, logo nesta primeira página, esteja estampado o selo “Este número foi visado pela Comissão de Censura”...

O jornal é farto de publicidade, em suas dez páginas a cada edição. Aliás, nesta primeira, traz informação a respeito de uma “Revolução comunista na Espanha” em Barcelona (p. 10)²⁵. Já na edição do dia 23 de dezembro, estampa-se artigo sobre a “Liberdade de editar”, em que se apóia a Carta Orgânica do Império Colonial, especialmente no que legisla a respeito da liberdade de imprensa; e na edição de 13 de janeiro, um artigo intitulado “Política de oposição”, que se faz de editorial do jornal, assim conclui: “Se é a isso que se chama fazer política – ABAIXO A POLITICA!”

O jornal é publicado pela mesma Gráfica do Planalto. Isso parece indicar que uma grande empresa formara-se para fazer editar diferentes publicações em diferentes lugares, sempre sob o mesmo viés ideológico que, neste caso, é o mais explicitamente manifestado. Por exemplo, na edição 10, de 17 de fevereiro, no editorial, sob o título “Partido único”, a publicação assume a divulgação do programa da União Nacional que, como se sabe, era o partido formado para apoiar a ditadura salazarista. O jornal continua, é claro, “visado pela Comissão de Censura”, ao mesmo tempo em que continua festejando os “seis anos de acção ininterrupta de governo” exercida por António de Oliveira Salazar (edição 17, de 12 de abril de 1934, p. 1), publicando, ora “Os princípios da União Nacional” (edição 17, de 12 de abril de 1934, p. 4), ora discursos oficiais, como aquele sobre “A magistratura do Estado Novo” (edição 18, de 7 de maio de 1934, p. 2), e ainda “União Nacional” (9 de agosto de 1934, p. 2; 7 de dezembro de 1934, p. 5) etc.

O último exemplar desta folha a que se teve acesso é o 44, de 8 de novembro de 1934. Havia diminuído para 4 páginas, apenas... Poder-se-ia registrar, ainda, periódicos como A Mutualidade de Angola, também de Nova Lisboa, impresso na mesma Gráfica Planalto... mas para quê? À medida em que avançava a ditadura salazarista, fechava-se a liberdade de imprensa. Os periódicos que se sucederem trabalharão neste registro, ou pior ainda. Daí que a pesquisa se encerra por aqui.

Algumas observações

Pode-se dizer, genericamente, que os jornais do século XIX preocupavam-se mais em se definir a partir de epígrafes e *slogans*, enquanto os jornais do século XX mostram-se mais sensíveis à função do editorial ou do artigo de fundo.

²⁵ Sob tal argumento Salazar apoiaria o golpe do General Francisco Franco contra a república espanhola.

Evidencia-se uma crescente profissionalização e consciência do profissional jornalista e, na mesma medida, o surgimento de empresas gráficas que passam a imprimir diferentes publicações, sem se imiscuir em suas linhas editoriais. Este panorama, contudo, é quebrado quando da emergência do Estado Novo, como é o caso evidente da Gráfica Planalto.

Evidencia-se, também, a variedade de publicações que cobrem todo o território angolano, que se multiplicam e ampliam na medida em que os avanços tecnológicos da impressão chegam à colônia. Muitos dos jornais do final da década de 1920 já incorporam a rotogravura e o anúncio ilustrado, o que aumenta sua atração para o leitor. Fica clara, ainda, a função democrática que os jornais desenvolvem em suas regiões, na medida em que fiscalizam e denunciam autoridades, expressam contraponto a versões oficiais, reivindicam em nome da população e esforçam-se para trazer informações, desde a metrópole ou de outros pontos dos territórios coloniais, para os seus leitores.

Pode-se, enfim, acompanhar certo movimento de *nacionalização* desta imprensa, muito mais evidente no século XIX, quando, nas décadas de 1880 e 1890 começam a surgir jornalistas mestiços ou mesmo negros a assinarem textos ou mesmo editarem jornais; no século XX, por seu lado, à medida em que a imprensa se industrializa e se transforma em empresa, o domínio branco e europeu é retomado com força, ainda que muitos destes europeus se identifiquem forte e decididamente com o território colonial e suas causas, mercê de muitos anos de convivência nas colônias: mas também é evidente que eles sempre se colocam enquanto *portugueses*, raramente angolanos, e suas referências encontram-se em Lisboa, e não no território colonial.

Referências bibliográficas

- BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. As técnicas do jornalismo. São Paulo: Ática, 1990, Vol. 2.
- BALZAC, Honoré de. **Os jornalistas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999)
- BARRERO, María Ángeles Fernández. **El editorial**. Um gênero periodístico abiero al debate. Sevilla: Comunicación Social, 2003.
- BOND, F. Fraser. **Introdução ao jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir, 1962.
- BONINI, Adair; FERRETTI-SOARES, Vanessa Arlésia de Souza; SILVA JUNIOR, Carlos Borges da et LIMA, Vanessa Wendhausen (Orgs.). **Os gêneros do jornal**. Florianópolis: Insular, 2014.
- CORRADO, Jacopo . **The creole elite and the rise of Angolan protonationalism (1870-1920)**. New York: Cambria Press, 2008, p. 190. – <http://books.google.com.br/books?isbn...>
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Novo manual da redação**. São Paulo: Folha de São Paulo, 1992, 8ª edição.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Manual geral de redação**. São Paulo: Folha de São Paulo, 1987. 2ª edição.
- GARGUREVICH, Juan . **Gêneros periodísticos**. Quito: CIESPAL, 2004.

- HOHLFELDT, Antonio. “Eco do Nyassa: Exemplar história de um jornal de resistência em Moçambique”, comunicação apresentada ao GT História da Imprensa do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. INTERCOM: Caxias do Sul, 2 a 6 de setembro de 2010.
- HOHLFELDT, Antonio. “Imprensa das colônias de expressão portuguesa: Primeira aproximação” in Comunicação & Sociedade. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, Ano 30, n. 51, p. 135-154, jan./jun. 2009.
- HOHLFELDT, Antonio. “A imprensa angolana no âmbito da história da imprensa colonial de expressão portuguesa” in Revista Brasileira das Ciências da Comunicação. São Paulo: INTERCOM, Vol. 35, nº 2, ps. 85-100. Julho-dezembro de 2012.
- JACOB, Sheila Ribeiro . “Para além da poesia: Maia Ferreira, Cordeiro da Matta e Viriato da Cruz”, in Cadernos CESPUC, Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas gerais, nº 22, 2013, ps. 152-166
- LOPO, Júlio de Castro. **Jornalismo de Angola**. Subsídios para a sua história. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola, 1964.
- MELO, José Marques de . **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MELO, José Marques; LAURINDO, Roseméri et ASSIS, Francisco de (Orgs.). **Gêneros jornalísticos**. Teoria e práxis. Blumenau: EDIFURB, 2012.
- MOUILLAUD, Maurice. **O jornal: Da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- SOUSA, Jorge Pedro; HOHLFELDT, Antonio; LIMA, Helena et BARBOSA, Marialva. **A history of the press in the portuguese-speaking countries**. Porto: Media XXI. 2014.